

Checklist do Split Payment: sua empresa está pronta para 2027?

Checklist gratuito para a empresa avaliar a preparação para o split payment da Reforma Tributária: caixa e capital de giro, meios de recebimento, sistemas, fornecedores e crédito, contratos e cronograma.

Com o split payment, o imposto (CBS e IBS) passa a ser separado e recolhido na hora em que o pagamento é liquidado — o que entra na conta da empresa já vem líquido. Este checklist mostra, ponto a ponto, o quanto o seu negócio está preparado.

Por que agora: 2026 é o ano de teste — não há split payment ainda. Em 2027, ele começa de forma facultativa no B2B (Pix, TED, boleto e TEF). A obrigatoriedade no B2B e a extensão ao consumidor final vêm depois, sem datas definidas. Esta é a janela para ajustar sem custo de erro.

Como usar: percorra os 6 blocos e marque Sim / Não / Não sei. Todo "Não" e todo "Não sei" é um ponto a resolver — e o "não sei" costuma ser o mais caro.

1. Caixa e capital de giro

- ☐ Você já fez a projeção de caixa sem o float do imposto (considerando a saída na liquidação)?
- ☐ Sabe qual percentual do seu capital de giro depende hoje desse intervalo entre receber e recolher?
- ☐ Tem folga (ou linha de crédito) para absorver a mudança sem apertar a operação?
- ☐ As metas e o orçamento de 2027 já consideram esse novo desenho?

2. Meios de recebimento

- ☐ Tem o mapa de como o dinheiro entra (Pix, boleto, TED, TEF, cartão) e o peso de cada um?
- ☐ Já conversou com banco, adquirente e PSP sobre o cronograma de adaptação deles?
- ☐ Sabe quais dos seus arranjos entram na primeira fase (2027)?
- ☐ Avaliou se o seu mix de recebimento deve ser ajustado?

3. Sistemas e documentos fiscais

- ☐ O ERP está atualizado com os campos de IBS e CBS nos documentos fiscais?
- ☐ O emissor de notas já opera no novo layout?
- ☐ Existe conciliação entre o documento fiscal e a liquidação financeira?
- ☐ O time consegue identificar, por operação, quanto foi segregado?

4. Fornecedores e crédito

- ☐ Você sabe que o seu crédito está vinculado à extinção do débito da operação anterior?
- ☐ Tem critérios de qualificação fiscal de fornecedores (e não só de preço)?
- ☐

Os contratos têm cláusulas de proteção quanto ao recolhimento e ao crédito?

- ☐ Existe monitoramento da regularidade dos principais fornecedores?

5. Contratos e formação de preço

- ☐ Os contratos refletem a cobrança do tributo "por fora" (destacado)?
- ☐ As cláusulas de reajuste e repasse tributário foram revisadas?
- ☐ A política de preços considera o novo custo financeiro (perda do float)?
- ☐ Contratos de longo prazo têm previsão para a transição da Reforma?

6. Pessoas e cronograma

- ☐ Há um responsável designado pela transição da Reforma Tributária?
- ☐ Os times fiscal e financeiro foram treinados no novo modelo?
- ☐ Existe um plano com marcos até 2027?
- ☐ Você está simulando em 2026 , enquanto o erro é barato?

Base legal e normativa

- EC nº 132/2023; Lei Complementar nº 214/2025 (CBS e IBS; previsão do split payment).
- Decreto nº 12.955, de 29/04/2026 — Regulamento da CBS (split payment: procedimentos padrão e simplificado).
- Resolução CGIBS nº 6/2026 — Regulamento do IBS.
- Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 02, de 27/05/2026 (DOU 08/06/2026) — documentação técnica da Plataforma Pública do Split Payment.

Material de caráter meramente informativo e educativo, em conformidade com o Provimento nº 205/2021 da OAB. A Reforma Tributária está em implementação e as regras podem sofrer alterações. Não substitui a análise do caso concreto, não constitui oferta de serviços nem promete resultados.